

O APROVEITAMENTO ECONÔMICO DOS CERRADOS

O desenvolvimento do “agribusiness” no Brasil, acompanhou o desenvolvimento da produção de grãos, iniciado, em larga escala, a partir da década de setenta, com a ocupação da imensa área dos cerrados.

Até a década de sessenta, a economia agrícola brasileira era caracterizada pelo predomínio do café e do açúcar e pela pouca importância que se dava ao projeto de se utilizar a imensa base territorial dos cerrados brasileiros na produção de grãos. A produção de alimentos básicos, como milho, arroz e feijão era voltada para a subsistência, e realizada de forma rudimentar, sem os efeitos dinâmicos que caracterizam as modernas cadeias de “agribusiness” baseadas na produção de grãos.

A obsessão pela industrialização nas décadas de quarenta e cinquenta inibiu a diversificação e expansão das exportações agrícolas, aumentou mais ainda a dependência com relação ao café (e, em menor grau, no açúcar) para a geração de divisas e tolheu o desenvolvimento do “agribusiness” no Brasil. Nessa época, países com forte vocação agrícola, como a Austrália, Nova Zelândia, França e Estados Unidos já adotavam várias políticas de apoio à expansão em grande escala da produção agrícola o que transformou o “agribusiness” desses países em um grande “sócio” no processo de industrialização.

O grande crescimento da produção de grãos (prin-

cipalmente da soja) foi a força motriz no processo de transformação da agricultura brasileira e, portanto, da expansão e fortalecimento do “agribusiness”. Entre 1970 e 2000, a produção nacional de grãos passou de 29,2 milhões de toneladas para 82,8 milhões de toneladas, um crescimento de 184%. Grande parte dessa expansão ocorreu nos cerrados.

Os efeitos dinâmicos da produção de grãos foram logo sentidos em toda a economia brasileira. Inicialmente, surgiu um imenso parque industrial para o esmagamento da soja e outros grãos, para a extração do óleo e do farelo. A disponibilidade de grande quantidade de farelo de soja e milho permitiu o desenvolvimento de uma moderna e sofisticada estrutura para a produção de suínos, aves e leite, bem como a instalação de grandes frigoríficos e fábricas para a sua industrialização.

Foi criado também um sistema eficiente de suprimento de insumos agrícolas modernos (fertilizantes, defensivos, maquinários agrícolas etc.) e um sistema de distribuição, que inclui desde as grandes cadeias de supermercados até os pequenos varejistas locais.

Três mudanças profundas ocorreram no Brasil no decorrer da década de noventa. A primeira foi o abandono dos princípios mercantilistas na condução da política econômica, a segunda foi a transformação de uma economia comandada pelo Estado em uma economia mais orientada para o mercado, por meio de um ambicioso programa de privatizações e a última foi a adoção de um programa bem sucedido de estabilização.

Como se sabe, antes da abertura comercial, o modelo de desenvolvimento brasileiro era essencialmente autárquico/estatal, baseado no princípio da substituição de

importações e na forte presença do Estado na economia. Com o passar do tempo, esse modelo terminou aprisionando a política macroeconômica em um desequilíbrio fiscal crônico que, entre outras mazelas, impediu o crescimento do PIB e gerou a escalada inflacionária que exigiu a troca da moeda nacional seis vezes, no período de 1985 a 1994.

No lado real da economia, esse modelo favoreceu a ineficiência e o atraso tecnológico em alguns setores industriais, como o automotivo, e atrasou a adoção de tecnologias modernas em setores estratégicos, como telecomunicações e informática.

Além disso, o viés contra o comércio exterior do modelo gerou a menor relação exportação/PIB entre as economias mais importantes do mundo e o único cuja posição no “ranking” dos exportadores não reflete a posição no “ranking” das maiores economias. Atualmente, as exportações brasileiras representam apenas 6% do PIB.

Como era previsto, o impacto da abertura comercial foi logo sentido em toda a economia. Os setores mais protegidos, como o automotivo, o de brinquedos, o de eletrônicos e o de informática, foram os mais atingidos e, portanto, viram-se obrigados a passar por um rápido e profundo processo de reciclagem competitiva.

Como esses setores são, em sua maioria, controlados, direta ou indiretamente, por empresas multinacionais, o processo (que em muitos casos exigiu fusões, incorporações e troca de controle acionário) tem ocorrido de forma mais rápida e menos traumática do que muitos esperavam.

Na agricultura, todavia, nos setores mais expostos, como o de algodão e o de lácteos, o processo tem sido mais penoso e demorado e, somente nos anos mais recentes, a reestruturação do sistema produtivo parece estar dando os primeiros sinais positivos. Depois de tornar-se um dos maiores importadores mundiais de algodão e lácteos alguns anos atrás, hoje já existe a perspectiva concreta do Brasil tornar-se auto-suficiente no curto prazo e, no longo prazo, grande exportador de algodão em pluma e, mais adiante, de produtos lácteos.

A abertura para o comércio exterior, não foi resultado apenas de parâmetros domésticos ou de decisões políticas “ad hoc”. A internacionalização da economia foi fruto principalmente da necessidade de se absorver com rapidez e eficiência as novas tecnologias, métodos e sistemas de produção desenvolvidos e aplicados em escala global, para modernizar e dinamizar o sistema econômico.

No momento em que se optou pela abertura do mercado brasileiro, tinha-se consciência de que haveria uma pressão muito grande sobre as importações. Como se mencionou, a economia brasileira foi historicamente isolada por

barreiras proibitivas e controles alfandegários de todos os tipos, o que gerou uma demanda reprimida por bens importados. Para resolver o problema, seria necessário um gigantesco esforço para aumentar as exportações ou, em último caso, a adoção de algum critério dentro da linha permitida pela OMC, no caso de perspectiva de desequilíbrio acentuado na balança comercial.

Com a abertura, as exportações totais cresceram 62,7% entre 1990 e 1999 e as importações aumentaram 179,1%. Embora o início da abertura comercial tenha ocorrido a partir de 1990, até 1994, a balança comercial ainda apresentou saldos positivos (que variaram entre US\$ 14,8 bilhões em 1991 e US\$ 10,4 bilhões em 1994), a partir de 1995 o saldo passou a ser crescentemente negativo, até atingir US\$ 8,4 bilhões em 1997. Depois desse ano, em virtude de algumas medidas restritivas às importações de alguns produtos, caiu para US\$ 6,4 bilhões em 1998. Com a nova política cambial, caiu para US\$ 1,2 bilhão em 1999. Apesar da previsão inicial da geração de um elevado saldo positivo em 2000, tudo indica que esse objetivo não será alcançado.

Apesar da melhoria na situação da balança comercial depois da mudança no câmbio, o grande fator de exposição da economia brasileira é o déficit em conta corrente. Como as exportações não acompanharam as importações, o déficit em conta corrente, que em 1994 era de apenas US\$ 1,68 bilhão, passou para US\$ 33,6 bilhões em 1998 e US\$ 25,0 bilhões em 1999.

Para cobrir esse déficit em transações correntes, existem três alternativas: investimentos diretos, empréstimos externos e geração de saldos positivos na balança comercial. No caso brasileiro, como as exportações não cresceram mais que as importações, as duas primeiras alternativas têm sido as utilizadas para fechar o balanço de pagamentos. O grande problema é que, a longo prazo, essas duas alternativas tendem a agravar a situação do déficit, devido à remessa de lucros e pagamentos de juros. Portanto, para solucionar o problema de forma estrutural, só resta a terceira alternativa, que é a geração de grandes saldos positivos na balança comercial.

Como a geração desses grandes saldos, via fechamento unilateral da economia brasileira às importações, além de ferir os acordos subscritos pelo Brasil na OMC, seria um enorme retrocesso na direção do modelo autárquico anterior, a solução é a realização de um grande esforço nacional para aumentar as exportações.

Dada a situação estratégica do “agribusiness” nacional em termos de competitividade (o custo de produção da soja no cerrado é 60% menor que nos EUA) e de geração líquida de divisas (o saldo da balança do “agribusiness” em 1999 atingiu mais de US\$ 14 bilhões), qualquer esforço para

melhorar o saldo da balança comercial passa pelo aproveitamento das imensas áreas do cerrado brasileiro ainda disponíveis para a produção grãos.

De acordo com os dados da FAO, dos grandes complexos exportadores mundiais, os que apresentaram maior dinamismo, ou seja, maior índice de crescimento no mercado internacional na década de noventa, e que, portanto, oferecem melhores perspectivas no novo contexto do comércio mundial são: frutas, vinho, lácteos, óleo de palma, carnes e complexo soja. Todos esses produtos podem ser produzidos em larga escala nos cerrados, inclusive a criação de bovinos. No caso de suínos, aves e lácteos pode-se dizer que esses produtos são grãos transformados em carne e leite.

Apesar da grande expansão verificada na produção agrícola nos cerrados, ainda existe uma imensa área pronta para entrar no processo produtivo. Talvez, no mundo, seja a única grande área disponível, com uma infraestrutura em desenvolvimento. Segundo dados da EMBRAPA, a área total dos cerrados é de 204 milhões de hectares, sendo 127 milhões de área agricultável. Dessa área, apenas 10 milhões são utilizados com culturas anuais e 2 milhões com culturas perenes. Isso significa que 77 milhões de hectares, cerca de 37% dos cerrados não podem ser cultivados e portanto são obrigatoriamente áreas de conservação. Considerando que a área utilizada com pastagem cultivada (35 milhões de hectares) significa que o potencial agrícola dos cerrados chega a 80 milhões de hectares. Essa superfície é bem maior que toda a superfície cultivada com grãos nos EUA e na China - os maiores produtores mundiais de grãos. Com a manutenção das áreas de reserva legal para conservação e com o advento de técnicas de cultivo sustentável (como o plantio direto), toda essa área pode ser aproveitada sem problemas de natureza ambiental.

A não utilização dessa imensa área no esforço brasileiro de desenvolvimento da agricultura, com vistas a equilibrar as contas externas e gerar mais empregos e renda, seria uma enorme falta de bom senso e de visão estratégica, talvez sem paralelo na história do desenvolvimento econômico das nações.

Esse fato torna-se particularmente mais absurdo quando se sabe que já foram investidos, nos últimos cinco anos, tanto pelo Governo como pela iniciativa privada, mais de R\$ 20 bilhões para melhorar a infra-estrutura de trans-

porte da região e o Brasil tem todas as condições de tirar proveito, tanto no curto como no longo prazo, da expansão mundial da demanda de alimentos, principalmente de alimentos com elasticidade-renda elevada. Essa expansão vem ocorrendo principalmente em função do efeito-preço, que surgiu em função de um certo grau de liberalização obtido na Rodada Uruguai em algumas áreas como lácteos, bebidas, frutas e carnes em grandes mercados (União Européia, Japão), antes dominados por rígidos esquemas protecionistas, e do efeito-renda, ampliado em função do elevado índice de crescimento econômico de alguns países em desenvolvimento.

Além disso, existem dois fatores que, sem dúvida, serão altamente positivos para o Brasil nos próximos anos. O primeiro é que existem 3,5 bilhões de pessoas no mundo (1,3 bilhão na China, 700 milhões em outros países asiáticos e 500 milhões na África) ainda subalimentados, que poucos anos atrás não participavam do mercado, por absoluta falta de poder de compra, mas que deverão entrar no mercado de alimentos mais nobres nos próximos anos, em função do desenvolvimento econômico e do crescimento da renda per capita. O segundo é que o recrudescimento do pânico da BSE (mal da vaca louca) na Europa sem dúvida vai mudar radicalmente o sistema de alimentação do rebanho animal naquele continente, com a eliminação dos componentes de origem animal, o que melhora bastante as perspectivas das exportações brasileiras de soja (e outros grãos) e de carnes de frango e bovina.

A área dos cerrados dispõe também das condições ideais para o Brasil aproveitar um novo segmento do mercado agrícola mundial, que está crescendo de forma acelerada, principalmente nos países desenvolvidos, e que já movimenta mais de US\$ 10 bilhões ao ano: a agricultura natural ou biológica. Essa cadeia produtiva envolve produtos que vão do café aos diversos tipos de cereais e carnes. Dependendo do produto e do país, os consumidores estão dispostos a pagar um "premium" de até 200% sobre o preço do produto comum. O Brasil dispõe do maior rebanho bovino "verde" (alimentado com pastagens) do mundo e vários locais já produzindo os chamados produtos orgânicos.

Carlos Nayro Coelho

Secretaria de Política Agrícola-MA
E-mail: nayro@agricultura.gov.br